



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus nº 0309144-9 - Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda.

Impetrante(s): Kleber Assis Silvestre
Pacientes: Cesar Ivson Ferreira de Lima e Julio Cesar Vital Rocha
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Juiz Laiete Jatobá Neto
Convocado:
Procurador (a): Drª. Andréa Karla Maranhão Conde Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÕES DE INOCÊNCIA E DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. CONHECIMENTO PARCIAL E DENEGAÇÃO DA ORDEM. 1. Não pode ser conhecida, na via estreita do *habeas corpus*, a alegativa de inocência, por demandar exame aprofundado da prova. O *habeas corpus* não é o meio cabível para análise acerca da autoria delitiva. 2. Avultando dos autos que a manutenção da ordem de prisão dos pacientes se faz necessária, não procede a alegação de ausência de motivo para a manutenção da constrição. 3. A condição de foragidos dos pacientes justifica a manutenção do decreto prisional. Inteligência da Súmula de nº 89 deste Tribunal. 4. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não autoriza a concessão da liberdade provisória, quando presente, no caso concreto, motivo para a decretação e manutenção da prisão cautelar. 5. Ordem parcialmente conhecida e denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0309144-9, da Comarca de Olinda, impetrado pelo Bel. Kleber Assis Silvestre em favor de Cesar Ivson Ferreira e Julio Cesar Vital Rocha. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 17/05/2013, em conhecer parcialmente da ordem e denegá-la, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife,

Juiz Laiete Jatobá Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus nº 0309144-9 - Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda

Impetrante(s): Kleber Assis Silvestre
Pacientes: Cesar Ivson Ferreira de Lima e Julio Cesar-Vital Rocha
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator: Juiz Laiete Jatobá Neto
Convocado:
Procurador (a): Dr^a. Andréa Karla Maranhão Conde Freire
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

O Bel. Kleber Assis Silvestre, por meio da peça de fls. 02/06, impetrou o presente *habeas corpus* em favor de Cesar Ivson Ferreira de Lima e Júlio Cesar Vital Rocha, acusados da prática dos crimes previstos nos arts. 121, §2º, II, III e IV, c/c o art 29 e 121, §2º, II, III e IV, c/c os arts. 14, II e 29, todos do Código Penal. Aponta como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda.

Alega o impetrante que os pacientes sofrem constrangimento ilegal em razão da existência de decreto prisional injusto contra eles, visto que não se fazem presentes, no caso concreto, os requisitos da prisão preventiva. Argumenta que os pacientes não são reincidentes, possuem residência fixa e trabalho definido, e não se evadiram da Comarca após os fatos delitivos a eles atribuídos, ressaltando que ambos prestaram depoimentos na Delegacia de Polícia. Aduz, ainda, que foi requerida a não decretação da prisão preventiva dos pacientes (fls. 48/49), em virtude da fundamentação equivocada por parte do Ministério Público ao postular a constrição cautelar, tendo a Magistrada a *qua* aberto vistas ao Órgão Ministerial para se manifestar sobre o pedido, não tendo sido cumprido, contudo, o despacho da autoridade apontada como coatora. Finalmente, alega o impetrante que os pacientes são inocentes, havendo prova testemunhal nesse sentido.

Pugna pela concessão da ordem, com a revogação dos decretos de prisão, fazendo cessar a coação ilegal.

Indeferida a liminar (fl. 71), a Juíza de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda prestou as informações de fl. 83, esclarecendo que os pacientes foram acusados da prática dos crimes previstos nos arts. 121, §2º, II, III e IV, c/c o art 29 e 121, §2º, II, III e IV, c/c os arts. 14, II e 29, todos do Código Penal. Relatou que na ocasião do recebimento da denúncia (11/06/2013), foi decretada a prisão preventiva dos pacientes. Ressaltou que os pacientes não foram citados pessoalmente em razão de estarem se ocultando da justiça, conforme certificou o Oficial de Justiça. Finalmente, informou que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 04/11/2013.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de fls. 113/118, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley - Av. Martins de Barros, 593, 3.º andar, Santo Antônio, Recife, PE. CEP 50.010-230. Fone: (0xx81) 3419 32 05. Fone-fax: (0xx81) 3419 36 29. tta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus nº 0319144-9 - Vara do Tribunal do Juri da Comarca de Olinda.

VOTO

Senhores Desembargadores,
Senhor Procurador de Justiça.

O Bel. Kleber Assis Silvestre impetrou o presente *habeas corpus* em favor de Cesar Ivson Ferreira de Lima e Júlio Cesar Vital Rocha, acusados da prática dos crimes previstos nos arts. 121, §2º, II, III e IV, c/c o art. 29 e 121, §2º, II, III e IV, c/c os arts. 14, II e 29, todos do Código Penal.

Alega o impetrante que os pacientes sofrem constrangimento ilegal em razão da existência de decreto prisional injusto contra eles, visto que não se fazem presentes, no caso concreto, os requisitos da prisão preventiva. Argumenta que os pacientes não são reincidentes, possuem residência fixa e trabalho definido, e não se evadiram da Comarca após os fatos delitivos a eles atribuídos, ressaltando que ambos prestaram depoimentos na Delegacia de Polícia. Aduz, ainda, que foi requerida a não decretação da prisão preventiva dos pacientes (fls. 48/49), em virtude da fundamentação equivocada por parte do Ministério Público ao postular a constrição cautelar, tendo a Magistrada *a qua* aberto vistas ao Órgão Ministerial para se manifestar sobre o pedido, não tendo sido cumprido, contudo, o despacho da autoridade apontada como coatora. Finalmente, alega o impetrante que os pacientes são inocentes, havendo prova testemunhal nesse sentido.

Ressalto, inicialmente, que, no que se refere à alegação de que os pacientes não teriam cometido os delitos a eles imputados, o *writ* não merece ser conhecido, por não ser o *habeas corpus* a via adequada para tal discussão. É inviável debater, na via estreita do *habeas corpus*, se os pacientes praticaram ou não os delitos narrados na denúncia, sendo impossível a realização de análise aprofundada de provas.

Nesse sentido, destaco a seguinte decisão do STJ:

"(...) A alegada inexistência de respaldo fático-probatório para a condenação, a ensejar a pretendida absolvição, é questão que demanda aprofundada análise de provas, o que é vedado na via estreita do remédio constitucional, que possui rito célere e desprovido de dilação probatória (...)". (STJ - HC-183688/RS).

Deixo, portanto, de conhecer desse tópico mandamental.

Quanto à alegação de que o Ministério Público não foi ouvido acerca do pedido de não decretação da prisão preventiva, ressalto que, como bem apontou a douta Procuradora de Justiça, a ausência de manifestação do *parquet* não importa em nulidade e não macula a manutenção da prisão dos pacientes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0309144-9 – Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda.

No que diz respeito ao argumento de que não existem motivos para a manutenção das prisões cautelares, ressalto que, no decreto preventivo de fls. 97/99, encontram-se explicitados os motivos ensejadores das constrições, tendo a Magistrada de primeiro grau atendido aos pressupostos dos arts. 311 e 312 do CPP.

É de se ressaltar, inclusive, que consta das informações da autoridade apontada como coatora que os pacientes não foram citados pessoalmente em razão de estarem se ocultando da justiça, podendo ser considerados, portanto, foragidos. Às fls. 105 e 107 constam certidões assinadas pela Oficiala de Justiça nas quais consta que ambos os pacientes estão se ocultando.

Conforme ressaltou a douta Procuradora de Justiça, a súmula de nº 89 deste Tribunal dispõe que a fuga constitui motivação idônea para justificar a prisão preventiva.

Destaco o seguinte julgado do STJ:

“HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU FORAGIDO. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ACOLHIMENTO DA TESE DE LEGÍTIMA DEFESA. INCOMPATIBILIDADE COM ESTREITOS LIMITES DA VIA ELEITA. EXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. (...); - A segregação cautelar do paciente foi devidamente fundamentada pelas instâncias ordinárias, tendo sido demonstrada a existência de provas da materialidade delitiva e de indícios seguros da autoria do crime, bem como apontada a necessidade de assegurar a instrução criminal e aplicação da lei penal, destacando o fato do acusado encontrar-se foragido. A fuga do distrito da culpa constitui fundamento suficiente para justificar a segregação cautelar, inexistindo flagrante ilegalidade a ser aqui sanada.” (STJ – HC nº 114759/SP).

O posicionamento de fuga dos pacientes, com o não atendimento ao chamado da Justiça, repito, é motivo suficiente para embasar a manutenção da custódia cautelar.

Finalmente, ressalto, que, conforme firme jurisprudência do STJ, o fato de o paciente ser primário, ter endereço fixo e profissão definida, por si só não autoriza a concessão da liberdade provisória.

É o entendimento do STJ:

“Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção.” (STJ – HC 92438/MG).



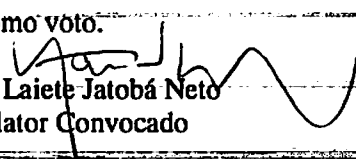
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus nº 0309144-9 - Vara do Tribunal do Juri da Comarca de Olinda

Diante do exposto, voto no sentido de não conhecer do pedido no que se refere à alegação de inocência, e de denegar a ordem no que concerne à arguição de ausência de justa causa para a manutenção do decreto prisional.

É como voto.


Juiz Laiete Jatobá Neto
Relator Convocado